

PODER DE POLÍCIA III

6 COMPETÊNCIA PARA PRATICAR OS ATOS DE PODER DE POLÍCIA. (PREDOMINÂNCIA DO INTERESSE)

- Assunto de interesse **nacional**: competência da União.
- Assunto de interesse **regional**: competência dos Estados.
- Assunto de interesse **local**: competência dos Municípios.

Obs.: essa distribuição de competências vale para legislar sobre o assunto, fiscalizar e expedir todos os atos que decorram do poder de polícia.

Exemplo: dispor sobre o ingresso e saída de pessoas no país = interesse nacional.
Conceder autorização de funcionamento a uma boate = interesse local.

	POLÍCIA ADMINISTRATIVA	POLÍCIA JUDICIÁRIA
Momento	Regra: preventiva (atua em construções, trânsito, profissões, evitando que ocorram danos à sociedade). Obs.: pode atuar de maneira repressiva.	Regra: repressiva (ocorre por meio da investigação e apuração dos crimes depois que estes aconteceram). Obs.: pode atuar de maneira preventiva.
Quem?	Qualquer órgão ou entidade, desde que a lei tenha dado essa atribuição.	Órgãos de segurança pública (Polícia Civil e Federal).
Finalidade	Combater atividades antissociais, evitar danos à sociedade, restringir o uso de bens, direitos e atividades para o bem-estar da coletividade.	Atuar na investigação de crimes.
Destinatários	Bens, direitos e atividades potencialmente danosas ao bem-estar da sociedade.	Pessoas.
Normas	Normas e princípios do Direito Administrativo.	Normas do Processo Penal.

Obs.: tanto a polícia administrativa quanto a judiciária expressam o poder de polícia do Estado.

A atuação da Polícia Federal nos aeroportos é uma atuação preventiva. A Polícia Militar, quando da apuração de algumas infrações, também atua preventivamente.

Pode-se afirmar que a Polícia Militar também é polícia judiciária, pois a apuração e investigação de crimes militares é feita por ela.

A Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal tem como uma de suas atribuições a investigação de crimes ocorridos dentro da Casa Legislativa, conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.



5m



10m



DIRETO DO CONCURSO

01. (CESPE/CEBRASPE/POLC-AL/TÉCNICO/ÁREA: FORENSE/2023) Acerca das sociedades de economia mista, do poder de polícia e das licitações, julgue os itens a seguir.

A polícia administrativa e a polícia judiciária, que incidem sobre a liberdade das pessoas, são equivalentes.



A polícia administrativa e a polícia judiciária não são equivalentes, possuindo, cada uma, funções distintas.

02. (CESPE/PC-SE/DELEGADO DE POLÍCIA/2018) Acerca do poder de polícia — poder conferido à administração pública para impor limites ao exercício de direitos e de atividades individuais em função do interesse público —, julgue o próximo item.

A polícia administrativa propõe-se a restringir o exercício de atividades ilícitas e, em regra, tem caráter preventivo.



A polícia administrativa nem sempre atua sobre atividades ilícitas, mas sim restringindo, condicionando e limitando atividades consideradas lícitas para o bem-estar da coletividade. Apesar disso, o gabarito da questão foi dado como correto.

8 PRESCRIÇÃO – LEI N.º 9.873/1999:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, **contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.**

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Obs.: em uma infração de trânsito, por exemplo, o prazo prescricional de cinco anos inicia-se a contar da prática do ato.



15m

Infração permanente ou continuada: é aquela que se prolonga no tempo repetidamente.

Prescrição intercorrente: ocorre sobre um processo que está “parado” há algum tempo.

e) Poder Discricionário: ocorre quando a Administração Pública tem liberdade de fazer uma análise de conveniência e oportunidade para escolher o que vai fazer.

F) Poder Vinculado: ocorre quando a Administração Pública deve fazer apenas o que a lei determina, não tendo liberdade de escolha.

03. (QUADRIX/CREF - 11ª REGIÃO/MS-MT/AGENTE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO/2019)
O poder de polícia permite a prática de atos vinculados e discricionários.



Alguns autores costumam dizer que dentro de cada poder existem atos vinculados e discricionários.



20m

04. (FGV/PC-RJ/INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL/2022) Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional no combate ao novo coronavírus, o Estado Alfa, regularmente, no âmbito de sua competência, adotou a medida de quarentena, consistente na restrição de atividades e separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estavam doentes e de mercadorias suspeitas de contaminação, de maneira a evitar a possível propagação do coronavírus. A citada medida restritiva teve base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde feitas pelo comitê técnico estadual e foi limitada no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública. No caso em tela, a quarentena foi embasada no chamado poder administrativo:

- a) de polícia, mediante imposição de restrições ao exercício de liberdades individuais e ao direito de propriedade do particular, em prol do interesse coletivo.
- b) de segurança pública, mediante imposição de restrições legais, cujo descumprimento merece repressão na esfera administrativa e criminal pelos órgãos de segurança pública.
- c) disciplinar, mediante o estabelecimento de normas sanitárias que regem a vida em sociedade, com base na supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) hierárquico, mediante imposição de restrições por autoridades administrativas, que condicionam liberdade e propriedade individual em prol do interesse público.
- e) regulamentar, mediante edição de normas concretas e específicas para disciplinar situação urgente que demanda sacrifícios individuais em prol do interesse coletivo.



Não existe poder de segurança pública como um poder administrativo.

Assim, a quarentena foi embasada no poder de polícia, mediante imposição de restrições ao exercício de liberdades individuais e ao direito de propriedade do particular, em prol do interesse coletivo.

05. (FGV/PC-RJ/INVESTIGADOR DE POLÍCIA/2022) O Município Alfa recebeu representação informando que José estava ocupando determinada calçada com um trailer do tipo food truck, sem prévio consentimento do poder público. Os agentes públicos municipais de posturas, ao realizarem diligência formal no local, verificaram a veracidade do que foi noticiado e constataram, ainda, que o trailer estava obstruindo a passagem dos pedestres pela calçada, os obrigando a passar pela via pública, com risco de serem atropelados. Após a negativa de José de retirar seu trailer do local, os agentes municipais, com base em lei, o fizeram diretamente. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou a providência adotada pelos agentes municipais é o poder:

- a) de polícia.
- b) de gestão.
- c) disciplinar.
- d) hierárquico.
- e) sanitário.



O poder administrativo que embasou a providência adotada pelos agentes municipais é o poder de polícia.

06. (FGV/PC-RJ/INVESTIGADOR DE POLÍCIA/2022) O delegado de Polícia Civil do Estado Alfa Carlos acabou de assumir a titularidade da Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude. Com o objetivo de angariar a simpatia dos agentes policiais lotados na Unidade de Polícia Judiciária, o delegado Carlos baixou ordem de serviço extinguindo o plantão na delegacia e determinando que os casos de urgência fora do expediente da DP fossem atendidos na delegacia comum mais próxima. O Ministério Público ajuizou ação civil pública pleiteando o retorno do plantão de 24 horas na Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e à Juventude, a fim de que todos os menores apreendidos em flagrante de ato infracional sejam ouvidos e atendidos na referida instituição, impedindo que sejam colocados em ambiente carcerário constituído para imputáveis, em concomitância com presos maiores. Além da comprovação de que normas constitucionais e convencionais

foram violadas, o Ministério Público ressaltou que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que “havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em coautoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria”. De acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão ministerial:

- a) não merece prosperar, porque ação civil pública não é a medida judicial adequada para o caso, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.
- b) não merece prosperar, porque o Ministério Público não ostenta legitimidade para ajuizar ação civil pública em favor de adolescentes infratores, e sim apresentar representação em face deles.
- c) não merece prosperar, porque o delegado agiu nos limites de sua discricionariedade administrativa, observados seus critérios de conveniência e oportunidade, e o Poder Judiciário não pode se imiscuir no mérito administrativo.
- d) merece prosperar, pois, via de regra, o Poder Judiciário, quando provocado em tema de políticas públicas, deve analisar a legalidade e o mérito administrativo de atos administrativos.
- e) merece prosperar, pois o ato do delegado praticado com suporte no poder discricionário é contrário ao ordenamento jurídico, razão pela qual é legítima a intervenção do Poder Judiciário.



25m

A pretensão ministerial merece prosperar, pois o ato do delegado praticado com suporte no poder discricionário é contrário ao ordenamento jurídico, razão pela qual é legítima a intervenção do Poder Judiciário.

07. (CESPE/CEBRASPE/PC-RO/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2022) A aplicação de penalidade de suspensão a servidor por agente público cuja competência se limite à aplicação da penalidade de advertência configura ato viciado pelo(a)

- a) usurpação de função.
- b) abuso de autoridade.
- c) função aparente.
- d) excesso de poder.
- e) impedimento.



Trata-se de excesso de poder, pois o agente possuía competência apenas para aplicar a penalidade de advertência, e ao aplicar a penalidade de suspensão, excedeu os poderes a ele conferidos.

08. (FGV/PC-RJ/INVESTIGADOR DE POLÍCIA/2022) O secretário de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro editou a Resolução Sepol n. 282, de 20 de agosto de 2021, que disciplina a rotina administrativa para a concessão de passagens aéreas e diárias, no âmbito daquela secretaria, e dá outras providências. O poder administrativo que embasou diretamente a edição da citada resolução, conferindo ao administrador público a possibilidade de expedir normas gerais complementares à lei, é o poder:

- a) legiferante.
- b) disciplinar.
- c) normativo.
- d) legislativo.
- e) hierárquico.



O poder conferido ao secretário de expedir normas gerais complementares à lei é o poder normativo.

09. (INSTITUTO AOCP/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA/2022) Após regular o processo administrativo, Tibério, servidor público aposentado há menos de dois anos, foi penalizado com a cassação de sua aposentadoria. Segundo consta dos autos do procedimento, a punição ocorreu porque Tibério, no último mês em que estava em atividade no serviço público, praticou infração grave, sujeita à penalidade de demissão. Com base no caso narrado e à luz dos poderes administrativos, é correto afirmar que a sanção aplicada decorre especificamente do

- a) poder disciplinar.
- b) poder hierárquico.
- c) poder regulamentar.
- d) poder de polícia.
- e) abuso de poder.



A sanção aplicada a Tibério decorre especificamente do poder disciplinar.

10. (VUNESP/PC-SP/ESCRIVÃO DE POLÍCIA/2022) Na seara dos poderes administrativos, o poder de polícia é instituto de grande relevância na sistemática do Direito Administrativo. Sobre a matéria, assinale a alternativa correta.

- a) São exemplos de atos da polícia administrativa fiscalizadora, a dissolução de uma reunião subversiva e o fechamento de estabelecimento comercial aberto sem observância das regras sanitárias.
- b) A polícia administrativa repressiva pode ser exercida por meio de atos normativos, como regulamentos e portarias, que são disposições que delimitam a atividade do particular.
- c) Os atos expressivos do Poder Público, dentre eles a polícia administrativa, podem ser delegados a particulares, em decorrência da aplicação do princípio do equilíbrio social.
- d) No tocante aos atributos do poder de polícia, pode-se dizer que são vinculados e que possuem autoexecutoriedade e coercibilidade.
- e) O fundamento jurídico para o exercício do poder de polícia é o princípio da preponderância do interesse público sobre o particular, que dá à Administração posição de hegemonia sobre os administrados.



30m

A dissolução de uma reunião subversiva e o fechamento de estabelecimento comercial aberto sem observância das regras sanitárias tem relação com as atividades exercidas pela polícia administrativa repressiva.

A edição de atos normativos, como regulamentos e portarias, que delimitam a atividade do particular é exercida pela polícia administrativa preventiva.

Os atos do poder de polícia não são delegáveis a particulares.

Os atributos do poder de polícia são discricionários e vinculados.

11. (FGV/PC-AM/INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL/2022) Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa, dentro de sua competência legal, editou ato administrativo geral e abstrato, com efeito *erga omnes*, para complementar e facilitar a execução de determinada lei, minudenciando seus termos. A providência adotada pelo chefe institucional da Polícia Civil estadual está diretamente relacionada ao poder administrativo

- a) de polícia, eis que editada pelo superior hierárquico da Polícia Civil.
- b) de segurança pública, que tem prioridade legal, juntamente com o de saúde, sobre os demais poderes administrativos.
- c) hierárquico, que consiste em um poder de estruturação externa da atividade pública.
- d) normativo, que não pode contrariar a lei, sob pena de invalidação.
- e) disciplinar, porque regulamenta atividades administrativas da Polícia Civil.



A providência adotada pelo chefe institucional na Polícia Civil estadual está diretamente relacionada ao poder administrativo normativo, que não pode contrariar a lei, sob pena de invalidação.

GABARITO

01. E

05. a

09. a

02. C

06. e

10. e

03. C

07. d

11. d

04. a

08. c

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Gustavo Scatolino.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
